



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ GESTOR DA ICP-BRASIL, EM
09 DE OUTUBRO DE 2013.

Aos vinte nove dias do mês de outubro de 2013, nas dependências da sala de reuniões do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, situado no endereço SCN Qd. 02 Bl. E, na cidade de Brasília/DF, com horário de início às 14h30, reuniram-se os membros, titulares e suplentes do Comitê Gestor da ICP-Brasil – CG ICP-Brasil, servidores do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI e ouvintes para participar da Reunião ordinária do Comitê Gestor da ICP-Brasil. Estavam presentes: Renato da Silveira Martini (Secretário Executivo do CG ICP-Brasil e Diretor-Presidente do ITI), Maurício Augusto Coelho (Diretor da DINFRA/ITI – Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas do ITI), Pedro Paulo Lemos Machado (Diretor da DAFN/ITI – Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI), André Pinto Garcia (Procurador Chefe da Procuradoria Especializada do ITI), Adriana Fetter (Chefe de Gabinete e Assessora da Secretaria Executiva CG ICP-Brasil), Ministro Eduardo Hosannah (Convidado do Ministério das Relações Exteriores - MRE), Alexandre Cardoso de Barros (Titular do Ministério da Justiça – MJ), Francimara Teixeira Garcia Viotti (Titular da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos), Manuel Dantas Matos (Titular da Camara e-Net), Marcos José Arzua (Titular da CNC-Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), George Marmelstein (Titular Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE), Marconi dos Reis Bezerra (Suplente o Gabinete de Segurança Institucional – GSI/PR), José Ney de Oliveira Lima (Suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Fernando Fonseca Júnior (representante por procuração do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC), Anderson Nascimento (representante por procuração da Sociedade Brasileira de Computação – SBC), Marcos Vinícius Amorim F. Guimarães (representante por procuração do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI), Wander Blanco Nunes (convidado da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos), Paulo Kulikovsky (convidado da Certisign), Gilberto de Oliveira Netto (ouvinte do Serpro), Armando M. Barros Neto (ouvinte do Serpro), Eduardo de Magalhães Lacerda (Assessor Especial do Diretor Presidente do ITI), Ruy César

Ramos Filho (Assessor da Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas do ITI), Edmar da Silva Araújo (Assessoria de Comunicação do ITI), Pedro Pinheiro Cardoso (Coordenador Geral da Auditoria e Fiscalização do ITI), Wilson Roberto Hirata (Coordenador Geral de Normalização e Pesquisa do ITI), André Machado Caricatti (Coordenador Geral de Operações do ITI), José Rodrigues Gonçalves Júnior (Coordenador Geral de Segurança da Informação do ITI), conforme lista de presença anexa, para tratar da pauta a seguir: **Informes Gerais; 1-AC MRE (Ministério das Relações Exteriores – passaporte; 2-Proposta de Resolução do LEA; 3-Minuta de Resolução que obriga ARs a notificar autoridade policial em caso de fraude;** Dr. Renato iniciou a reunião cumprimentando os membros do CG ICP-Brasil. Assessor Lacerda relata acerca dos temas em discussão pelo Grupo de combate às fraudes. Após, o Coordenador-Geral Hirata expôs sobre o andamento dos trabalhos de Revisão dos MCTs. Na sequência, Dr. Maurício fez ponderações acerca da necessidade de se avaliar os algoritmos criptográficos hoje padronizados pela ICP-Brasil. Notícias na comunidade acadêmica internacional aventam possibilidade de enfraquecimento do algoritmo RSA. Há recomendações de se migrar para curvas elípticas. Informou que o ITI estará participando de evento da SBC em Manaus, onde um painel discutirá especificamente este tema junto aos especialistas da comunidade acadêmica brasileira.

1-AC MRE (Ministério das Relações Exteriores – passaporte: o Dr. Renato fez o histórico do debate anterior no CG ICP e o Ministro Eduardo Hosannah colocou a premência da alteração do prazo dos certificados para que o Brasil possa aderir ao PKD, o que ainda não fez, explicando que temos um sistema muito avançado mas ele precisa ser lido no exterior, o passaporte a cerca de anos atrás teve seu prazo reduzido de 10 para 5 anos e precisamos que ele volte para 10 anos, o que implica em mudanças inclusive aqui. Seria uma assinatura Brasil dentro dos padrões ICAO. Ao solucionar este problema na ICP-BRASIL mudaremos os padrões no Serpro e o mesmo fará isso junto a ICAO. É um momento delicado que receberemos uma massa para os grandes eventos, muitas vezes alvo de terrorismo, para isso precisamos fazer um controle das pessoas que entram e saem do Brasil. Dr. Maurício fez a apresentação das Resoluções a serem aprovadas sobre o assunto: Resolução 97, para contemplar o MRE nas considerações iniciais do documento e, no parágrafo 1º, para que o passaporte possa ser certificado tanto no Brasil quanto na ICAO, a exigência de que o *Distinguish name* do certificado tem de ser igual na ICP e nos documentos de viagem. Dr. Renato passa para a votação após as discussões sobre o tema.rtes para 10 anos.

Min. Hossanah – agradeço a questão levantada pelo Dr. Maurício com relação a questão de urgência, existe uma preocupação fundamental em tempo para dar segurança e uma legislação que fará a adoção do passaporte de 10 anos;

Encaminhamento: resoluções, *Distinguish name* e proposta do MRE aceitos pelo CG por

unanimidade. **2-Proposta de Resolução do LEA:** Apresentação do tema pelo Dr. Renato que pediu encarecidamente a parcimônia dos senhores membros do CG ICP-Brasil na discussão pois este CG encaminhou acertadamente pela migração do sistema para o Inmetro, que certifica produtos, porém o prazo dado pelo Inmetro não se mostrou factível, naquele momento a decisão foi de não iniciar novas homologações no antigo LEA e hoje o mercado nos pressiona para dar continuidade. Dr. Maurício coloca que o Inmetro não pode cumprir o prazo por falta de interessados na acreditação como OCP e há necessidade em modificar a resolução anterior sobre o tema, pois o cenário da resolução mudou, precisando ser revista. Dr. Renato coloca a **proposta de encaminhamento:** o Diretor da DAFN, Pedro Paulo distribuiu o parecer da auditoria para análise do Comitê e foi decidido aguardar a manifestação por correio eletrônico em 10 dias, após o término deste prazo o CG ICP-Brasil se pronunciou totalmente favorável a aprovação. **3-Minuta de Resolução que obriga ARs a notificar autoridade policial em caso de fraude:** apresentação pelo Dr. André que faz o detalhamento da proposta ao CG ICP-Brasil sobre comunicação de fraude e a preocupação para aperfeiçoarmos o nosso processo. **Encaminhamento:** o CG postergou a apreciação desta proposta para esperar a reunião sobre o mesmo tema no dia seguinte (10/10/2013) com as ACs e Ars ICP-Brasil. Encerrada a reunião.

– Dúvidas poderão ser sanadas pela gravação da reunião no link:

https://www.youtube.com/watch?v=WS_s0WDGRYw&feature=c4-overview&list=UUDeZj1S2bN1DQgy4fxrY2rA